

1 Aos doze (12) dias do mês de abril de 2022, às dezoito horas e trinta e nove minutos
2 (18h39min), instalou-se em plataforma virtual a reunião ordinária do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS FUNDEB/BH, com a seguinte pauta: **1)**
3 Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; **2)** Informes; **3)** Publicidade dos atos administrativos efetuados pelo presidente em março/2022. A reunião contou com a presença
4 dos seguintes conselheiros: Geisiele Fidelis da Silva, Luiz Carlos Bittencourt Silva, Luiz Henrique Borges de Oliveira, Marcelino Cástulo Martins, Marcus Vinícius Lindenberg Fróes,
5 Maria Cristina Silva, Maria Helena Schmitz de Castro, Meriane Alves de Oliveira, Milton de Souza Júnior e Wagner Alves Pereira. Justificaram suas ausências: Alessandra Mariza Gomes
6 Guimarães, Cristina Vieira Guimarães, Cristiane Kataline de Carvalho Fernandes, Elizabeth Raidan e Leonardo Alves de Souza. Contou-se, ainda, com a presença de Vanessa
7 Márcia da Cunha, como servidora de apoio ao Conselho. O Presidente Marcus Vinícius Lindenberg Fróes iniciou a assembleia saudando a todos e solicitando a autorização para
8 a gravação da reunião através de menção no *chat*. Após, passou-se para o primeiro ponto da pauta e o presidente perguntou se havia alguma alteração a ser feita na ata da reunião
9 anterior (8/3/22). Não havendo alterações a fazer, a ata foi aprovada por meio de registro no *chat*. Em seguida, o presidente informou que enviou uma manifestação de solidariedade
10 em nome deste conselho à Subsecretária de Planejamento, Gestão e Finanças, Natália Araújo, relacionada ao fato que assolou a sua família e provocou o falecimento de sua irmã.
11 Ele reiterou que, além do caráter institucional, considerou importante emitir um documento contendo uma nota de apoio ao momento difícil vivenciado pela subsecretária. Logo depois,
12 para dar ciência ao pleno sobre as atividades desenvolvidas no mês de março, ele relatou que houve muito trabalho referente ao processo de reanálise de todos dados registrados
13 no Sistema do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Explicou que, em virtude de atualizações sofridas pelo referido sistema devido a inconsistências nas análises dos dados,
14 foi necessário retificar as informações de todos os bimestres de 2021. Ele comentou que contou com o apoio do Conselheiro Marcelino Cástulo Martins e da equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação (SMED) para a realização deste trabalho e registrou os seus agradecimentos a eles pela disponibilidade e pelo auxílio. Após a ajuda recebida, ele revelou que realizou a verificação dos dados e sentiu-se seguro para aprovar as solicitações. Ele também anunciou que no curso do mandato desta presidência todas as informações serão compartilhadas e publicizadas ponderando que inexistem hierarquias neste conselho, órgão colegiado onde todos são pares. Passando efetivamente ao terceiro ponto da pauta, ele falou que todos os ofícios enviados seriam apresentados com as respectivas respostas. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins o interrompeu para pontuar que, diante da presença dos 2 (dois) novos conselheiros, o presidente deveria apresentá-los e agradecer a participação e a disponibilidade deles. Complementou dizendo ser importante explicar o ‘Caso Minas’ em atenção aos novatos para que eles entendessem o trabalho relatado quanto à análise e à validação das retificações comentadas. O presidente respondeu que, para dar celeridade e ritmo aos trabalhos, seguiria a ordem cronológica dos ofícios e faria a apresentação formal no momento adequado. Além disso, solicitou que o próprio conselheiro fizesse a citação do ‘Caso Minas’, também na ocasião oportuna. Isto posto, ele deu prosseguimento à sua apresentação e expôs: A) O Ofício nº4 encaminhado à SMED solicitando as providências cabíveis relacionadas à publicação das atas do CACS FUNDEB/BH no Diário Oficial do Município (DOM). Ele explicou que esta foi uma deliberação registrada em plenária, em 2021, que concretiza o princípio da publicidade e que, mensalmente, há o envio de um ofício similar a esse. B) O Ofício nº5 cujo conteúdo refere-se ao ofício nº 3 – solicitação de informações sobre as folhas de pagamento dos servidores da

50 educação de BH, em atividade, para a elaboração da reunião conjunta com o Conselho
51 Municipal de Educação de Belo Horizonte (CME/BH) cujo tema é a discussão da lei que
52 versa sobre os planos de carreira dos servidores públicos em educação. Ele, inclusive,
53 contou que na semana anterior finalizou-se a greve dos professores da rede municipal com
54 a apresentação de várias propostas que impactam o plano de carreira dos servidores pú-
55 blicos da educação. Em relação à resposta ao ofício, ele falou que a SMED a encaminhou
56 em forma de planilhas e gráficos. Ele exemplificou-os mostrando o diagrama da distribuição
57 do professor municipal por nível (que vai do nível 3 até o nível 26) e explicou que: a) atual-
58 mente a carreira inicia-se no nível 10; b) a maior concentração de profissionais ocorre nos
59 níveis 17 e 18; c) num universo de 8.405 professores municipais, há apenas 30 pessoas
60 nos 2 últimos níveis da carreira; confirmando a hipótese de que a legislação atual sobre o
61 plano de carreira não possibilita que as pessoas alcancem o último nível dentro do prazo
62 de 25 anos de trabalho para as mulheres e 30 anos para os homens, no magistério (apo-
63 sentadoria especial). Relembrando que a valorização dos profissionais em educação está
64 dentro da competência do CACS FUNDEB, ele requisitou ao pleno aprovação para que
65 elaborasse um documento solicitando ao governo que faça a análise do conteúdo dos grá-
66 ficos por nível. Ele disse que já existe uma solução do ponto de vista jurídico explanando
67 que: a) para a progressão na carreira o profissional do magistério pode alcançar 5 níveis
68 por escolaridade e avançar, também, por mérito (a cada 1.095 dias de efetivo trabalho o
69 servidor faz uma avaliação de desempenho que, se aprovada, proporciona o aumento de 1
70 nível); b) através de um exercício matemático concluiu-se que no impacto de 25 e 30 anos
71 (mulheres e homens, respectivamente) – aposentadoria especial – os profissionais não
72 atingem o último nível na carreira (26); c) será necessário alterar a lei atual possibilitando
73 que não sejam observados apenas 5 diplomas de pós-graduação, mas, 8 progressões para
74 se garantir que alcancem o último nível na carreira. Ele comentou que considera importante
75 contribuir e que há uma urgência em enviar o ofício sugerindo o aumento do número de
76 progressões ao governo, para a elaboração do Projeto de Lei (PL) que encontra-se em
77 construção. Após, abriu-se para os comentários a respeito do tema, a saber: O Conselheiro
78 Luiz Henrique Borges de Oliveira se apresentou como representante do segmento Diretores
79 das Escolas Municipais e lembrou que, segundo os critérios da PBH, além das pós-gradu-
80 ações *Lato Sensu*, o mestrado e o doutorado (pós-graduações *Stricto Sensu*) propiciam o
81 aumento de 2 níveis, bem como um segundo curso superior vinculado à educação. Ele
82 disse que pensou na possibilidade de se elevar 3 níveis para a conclusão do mestrado ou
83 do doutorado tanto para aqueles que o fazem quanto para aqueles que já o fizeram, como
84 oportunidade de valorar os esforços dispendidos. O presidente agradeceu a contribuição e
85 disse que no primeiro momento despacharia o ofício de forma genérica mostrando a impor-
86 tância de se aumentar os 3 níveis e que o debate mais aprofundado seria feito juntamente
87 com o CME/BH para o levantamento das questões, ou seja, encaminha-se o ofício pelo
88 CACS já apontando-se uma solução – as 8 pós-graduações necessárias – e define-se os
89 desdobramentos na plenária conjunta. Ele perguntou se o Conselheiro Luiz Henrique Bor-
90 ges de Oliveira concordava com esta proposta e houve a sua plena anuência. O Conse-
91 lheiro Luiz Carlos Bittencourt Silva tomou a palavra e disse que existe um debate a respeito
92 de como os impactos do não cumprimento do reajuste anual da lei do piso tem impactado
93 a carreira dos profissionais da educação. Ele acredita que a reformulação tem que ser ama-
94 durecida, tem-se que pensar em como abrir o diálogo e ter outros arranjos; e de forma
95 propositiva. Inicialmente, acha interessante fazer este estudo e ter-se a ampliação de for-
96 mações e, também, garantir a retroatividade da formação *Stricto Sensu*. Avaliou que o le-
97 vantamento exposto foi fundamental para demonstrar que os últimos níveis não estão
98 sendo alcançados e considerou boa a iniciativa. Enquanto representante do segmento Pro-
99 fessores Municipais anunciou não poder opinar, mas, garantiu levar os dados para a cate-
100 goria e ver como isso será recebido pelos trabalhadores da educação. O presidente afirmou
101 que discorreria de forma objetiva no escopo do ofício fazendo uso de uma demonstração

102 matemática sobre a necessidade da inclusão de 3 níveis aos 5 níveis da atual estrutura da
103 carreira de progressão por escolaridade para atingir-se o nível 26 na aposentadoria espe-
104 cial, aproveitando-se a oportunidade que um PL será encaminhado pelo executivo. Ele re-
105 afirmou que quaisquer outras discussões seriam feitas na reunião conjunta onde o sindicato
106 também seria convidado. Em resposta, o Conselheiro Luiz Carlos Bittencourt Silva avaliou
107 ser importante a apresentação do ofício com o estudo dos 8 níveis, mas, reiterou que não
108 poderia falar em nome da categoria. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins pronunciou
109 que, embora esteja aprovada a reunião conjunta com o CME/BH, a elaboração do ofício
110 demonstra a independência do CACS e o seu encaminhamento exemplifica esta autossu-
111 ficiência. Em relação à urgência explicitada, ele acha que o tempo não pode se sobrepôr à
112 possibilidade do recebimento de outras contribuições por parte dos conselheiros e sugeriu
113 que o presidente apresente a minuta e estabeleça um período para que os demais conse-
114 lheiros enviem a sua colaboração. O presidente, em concordância, respondeu que esta é
115 uma questão de autonomia do CACS FUNDEB e que a presidência elaborará uma minuta
116 que será compartilhada com o grupo no *Google Drive* estipulando o prazo de uma semana
117 para as análises e as contribuições; aceitando e acatando a sugestão que corrobora com o
118 trabalho colegiado. A Conselheira Maria Cristina Silva reforçou as falas relacionadas à co-
119 letividade e à construção conjunta do documento. Ela acredita ser importante a contribuição
120 para a realização de um trabalho transparente, efetivo e para a tônica deste conselho. Ela
121 achou relevante fazer-se o reconhecimento da categoria e a intenção de se apresentar a
122 proposta, parabenizando a atitude. Logo após, o presidente abriu para a votação no *chat* a
123 aprovação da elaboração da minuta de ofício relatada a ser encaminhada ao chefe do exe-
124 cutivo. Obteve-se a aprovação por unanimidade. C) O Ofício nº6 remetido à SMED solici-
125 tando providências para a recomposição do segmento Diretores das Escolas Municipais,
126 considerando que a Conselheira Maria do Carmo da Silva Gomes de Oliveira e Sousa foi
127 cedida para outra unidade federativa. Ele contou que houve a vacância integral do supraci-
128 tado segmento e comunicou que a eleição ocorreu no mês de março, dando as boas-vindas
129 e apresentando formalmente os novos membros deste conselho: Luiz Henrique Borges de
130 Oliveira (titular) e Maria Helena Schmitz de Castro (suplente). D) O Ofício nº7 que foi ela-
131 borado devido a dúvidas existentes durante as análises quanto aos dados contábeis e fi-
132 nanceiros registrados no Sistema do FNDE, relatado anteriormente. E) O Ofício nº0258 em
133 resposta ao Ofício nº7. O presidente sugeriu que na próxima reunião fosse feita uma análise
134 técnica do conteúdo deste ofício com a presença de um servidor da SMED, podendo ser,
135 inclusive, considerado um momento de formação. O Conselheiro Marcelino Cástulo Martins
136 classificou o conteúdo do Ofício nº7 como uma possibilidade de formação continuada pro-
137 pondo o seu aproveitamento. Porém, divergiu quanto à necessidade de convidar alguém
138 da equipe técnica da SMED para explicar o seu teor, considerando que ele já foi explicitado
139 no Ofício nº0258. Ele acredita que o ofício retratou um momento ocorrido em 2020 e que
140 foi demonstrado na prestação de contas aprovada em fevereiro de 2022. No entanto, é a
141 favor de encontrar momentos nas reuniões ordinárias para a formação continuada. Em res-
142 posta, o presidente falou que considera que os ofícios apresentam casos concretos dentro
143 de uma proposta de formação e que eles possibilitam passar da teoria para a prática. Co-
144 mentou que dá importância ao material sugerindo que ele seja usado de forma didática e
145 discutido de forma coletiva. Ele avalia que uma análise desta situação e no escopo de uma
146 formação continuada é algo interessante. Em contrarresposta, o Conselheiro Marcelino
147 Cástulo Martins disse que se a ideia é possibilitar a formação, que o ofício seja usado como
148 um case e que, no campo mais amplo de formação, fossem ilustrados alguns cases. Ele
149 considera importante a formação técnica periódica e sugeriu a criação de um programa de
150 formação em cada reunião ordinária que focasse em algum ponto da legislação para o seu
151 aprofundamento com as dúvidas apresentadas pelos conselheiros. F) O Ofício nº8 que so-
152 licitou o agendamento de uma videoconferência fazendo menção ao Ofício nº7. O presi-

153 dente relatou que a reunião foi realizada com representantes da Procuradoria Geral do Mu-
154 nicípio, da Secretaria Municipal da Fazenda e outros convidados e que ela teve os esclare-
155 cimentos realizados com excelência e de forma didática. Posteriormente às elucidações,
156 ele declarou que sentiu-se seguro para acessar o sítio eletrônico do Sistema do FNDE e
157 resolver as pendências. G) O Ofício nº9 de cunho administrativo dirigido à SMED requis-
158 tando a cessão de um servidor. Ele explicou que, ao contrário do CME/BH, o CACS FUN-
159 DEB não possui uma secretaria executiva e que, em conversa com o presidente do
160 CME/BH, ambos concordaram em solicitar um servidor para o CME/BH e que também pu-
161 desse prestar serviço ao CACS FUNDEB. H) O Ofício nº281 que apresentou a resposta
162 indeferida ao supracitado pedido. Ele comentou que acredita ainda ser necessário o asses-
163 soração jurídico e administrativo deste profissional ao CACS FUNDEB. I) O Ofício nº10
164 que encaminhou o documento oficialmente solicitado pelo Sind-Rede BH utilizado para a
165 elaboração do parecer da prestação de contas do exercício 2021, elaborado pelo Diretor
166 de Planejamento, Orçamento e Finanças da SMED, Alex Sandro da Silva Gomes. J) O
167 Ofício nº11 que solicitou a publicação dos novos membros do CACS FUNDEB/BH (seg-
168 mento Diretores das Escolas Municipais). K) A publicação da Portaria nº7.375 de 11 de abril
169 de 2022 referente ao mandato dos atuais representantes do segmento supramencionado.
170 Às vinte horas e quinze minutos (20h15min), o Presidente Marcus Vinícius Lindenberg
171 Fróes agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, eu,
172 Vanessa Márcia da Cunha, servidora de apoio ao CACS FUNDEB/BH, redigi a presente
173 ata.